

Procuradoria-Geral de Justiça
Secretaria de Administração
Setor de Contratos

MPMS | Ministério Público
MATO GROSSO DO SUL

Processo nº PGJ/10/2155/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/PGJ/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/PGJ/2019 - ANEXO III

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CNPJ nº 03.983.541/0001-75, com endereço na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, neste ato representado sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**, portadora da cédula de identidade RG nº 001.586.462, expedida pela SEJUSP/MS, inscrita no CPF sob o nº 322.458.581-15, residente e domiciliada em Campo Grande/MS, na qualidade de representante do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Resolução nº 14/2011/PGJ, de 12 de agosto de 2011, doravante denominado MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, e a empresa a seguir qualificada, doravante denominada FORNECEDORA, resolvem firmar esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL decorrente do Processo nº PGJ/10/2155/2019, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 04/PGJ/2019, regido pela Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações), e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta Ata o Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente (estante e claviculário em aço), para atender este Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, ofertados pela(s) empresa(s) adiante identificada(s), conforme especificações constantes a seguir:

Fornecedora: DIGISERVI TRADING EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.602.747/0001-45, Inscrição Estadual nº 115.251.830.111, com sede na Rua dos Rodrigues, nº 177, Vila Carbone, São Paulo/SP, CEP: 02.750-000, neste ato representada pelo Sr. **Gilberto Marcondes de Abreu**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.436.963-8 SSP/SP e do CPF/MF nº 944.165.838-34, residente e domiciliado (a) na Rua Lagoinha, nº 57, Vila Bancária Munhoz, cidade de São Paulo/SP.

Item	Especificação dos produtos	Unid.	Previsão de Consumo (anual)	Preço Unitário (R\$)
2	Claviculário confeccionado em chapa de aço nº 20, com tratamento químico protetivo antiferruginoso, pintura eletrostática, cor cinza, com chave de segurança, dimensões aproximadas 250mm x 83mm x 182mm (admitindo-se o percentual de 5% para mais ou para menos), capacidade de 48 chaves, cartelas para enumeração das chaves. Deverá ser fornecido junto com o claviculário 48 (quarenta e oito) chaveiros (tags) cores variadas. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: Menno TS 48 Empresa vencedora: DIGISERVI TRADING EIRELI	Unidade	20	151,10

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - Os preços registrados por força deste instrumento terão validade por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS);

Processo nº PGJ/10/2155/2019

2.2 - Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o Ministério Público Estadual não será obrigado a adquirir os produtos oriundos deste Registro de Preços, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para a aquisição dos itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência de fornecimento, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/1993 e artigo 7º da Resolução nº 14/2011/PGJ, de 12 de agosto de 2011.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA REVISÃO

3.1 - O preço unitário para fornecimento dos produtos será o menor registrado na ata de julgamento do **Pregão Eletrônico nº 04/PGJ/2019**, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas, e as condições que passam a integrar este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro;

3.2 - Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

3.3 - Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos, devidamente comprovada, os preços poderão ser revistos, visando o restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do parágrafo 5º, ambos do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993;

3.4 - A qualquer momento, as fornecedoras classificadas e/ou registradas poderão ser convocadas para a apresentação de preços mais baixos;

3.5 - O Ministério Público Estadual fixará o preço máximo a ser aceito;

3.6 - Para efeito de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data de apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido;

3.7 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pelo Ministério Público Estadual;

3.8 - O Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo ou o Secretário-Geral decidirá sobre a revisão dos preços no prazo de 10 (dez) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo;

3.9 - No transcurso da negociação de revisão de preços tratada no artigo 9º da Resolução nº 14/2011/PGJ, ficará a fornecedora condicionada a atender às solicitações de fornecimento nos preços inicialmente registrados, ficando garantida a compensação do valor negociado para os produtos já entregues, em caso do reconhecimento pelo Procurador-Geral de Justiça, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo ou pelo Secretário-Geral do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro originalmente estipulado;

3.10 - No reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, resguardada a compensação elencada no subitem anterior, liberando a fornecedora do compromisso assumido, sem aplicação de sanções, ou determinar a negociação;

3.11 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações com a fornecedora, mediante as providências seguintes:

3.11.1 - convocar a fornecedora primeiro classificada, visando estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

3.11.2 - liberar a fornecedora primeiro classificada do compromisso assumido, se frustrada a negociação com a mesma;

Procuradoria-Geral de Justiça
Secretaria de Administração
Setor de Contratos

MPMS

Ministério Público
MATO GROSSO DO SUL

Processo nº PGJ/10/2155/2019

- 3.11.3 - convocar as demais fornecedoras registradas, na ordem de classificação, visando promover igual negociação;
- 3.12 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e a fornecedora não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas no artigo 65, inciso II alínea "d" ou § 5º, ambos da Lei nº 8.666/1993, caso em que o órgão gerenciador poderá estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- 3.13 - A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em termo aditivo à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes;
- 3.14 - Não havendo êxito nas negociações de que tratam as situações anteriores, as fornecedoras serão formalmente desoneradas do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação de sanções.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS E DA GARANTIA

- 4.1 - O fornecimento dos produtos será efetuado mediante solicitação por escrito (ordem de compra), formalizada pela Secretaria de Administração da Procuradoria-Geral de Justiça, devendo constar: a data, o valor unitário e total do fornecimento, a quantidade, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, devidamente autorizada pela autoridade superior, e ainda acompanhada pela nota de empenho da despesa ou similar, contendo o número de referência da Ata;
- 4.2 - A(s) fornecedora(s) obriga(m)-se a fornecer, dentro da vigência da Ata, os produtos ofertados, com solicitações mínimas de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por nota de empenho;
- 4.3 - Os produtos deverão ser entregues pela(s) fornecedora(s), acompanhados da nota fiscal/fatura correspondente, na sede da Divisão de Almoxarifado/PGJ, com endereço na Rua Lília Oshiro, nº 105, Bairro Carandá Bosque, Campo Grande - MS, no prazo de até 20 (vinte) dias, contado do recebimento da Nota de Empenho juntamente com a Ordem de Fornecimento, apurado pelo respectivo comprovante de recebimento;
- 4.3.1. Os produtos deverão ser entregues em horário de expediente, onde será recebido e conferido para posterior pagamento;
- 4.3.2. Eventuais solicitações de prorrogação de prazo, em eventuais situações extraordinárias, serão submetidas a análise;
- 4.4 - Os produtos deverão ser novos e de primeiro uso, devendo ser entregues acondicionados em embalagens adequadas para a conservação e o armazenamento;
- 4.5 - A fornecedora deverá agendar a entrega com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, por meio dos telefones (67) 3318-3990 ou (67) 3318-3991;
- 4.6 - É de inteira responsabilidade da(s) fornecedora(s) o ônus com a entrega dos produtos, incluindo o descarregamento e o transporte dos itens até o local de recebimento;
- 4.7 - No momento da entrega, entrega a fornecedora deverá apresentar o manual, catálogo ou ficha técnica dos produtos para comprovação das características descritas nesta ata e anexos;
- 4.8 - Serão efetuadas as verificações do manual, catálogo ou ficha técnica e, se necessário, testes dos modelos dos produtos entregues pela fornecedora;
- 4.9 - Caso o manual, catálogo ou ficha técnica sejam omissos na descrição de algum item de composição, será aceita Declaração Complementar do fabricante, com reconhecimento de firma, descrevendo a especificação faltante;
- 4.10 - O manual, catálogo, ficha técnica ou declaração complementar deverá ser apresentado em língua portuguesa brasileira;

Processo nº PGJ/10/2155/2019

- 4.11 - Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação original do manual, catálogo ou ficha técnica disponibilizada pelo fabricante;
- 4.12 - Todos os produtos deverão atender rigorosamente às especificações consignadas nesta Ata;
- 4.12.1. A entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte do Ministério Público Estadual, que os colocará à disposição da(s) fornecedora(s) para substituição;
- 4.13 - Na hipótese de a(s) fornecedora(s) não cumprir(em) os prazos estipulados, poderá(ão) sofrer as sanções previstas nesta Ata e também na Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações);
- 4.14. Os materiais objeto desta licitação, deverão ser garantidos contra defeitos de fabricação pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses;
- 4.15. O prazo de garantia será contado a partir da data de recebimento do material;
- 4.16. Deverá estar inclusa na garantia a substituição do produto e/ou partes defeituosas, sem ônus para o Ministério Público Estadual, exceto quando o defeito for provocado por uso inadequado, devidamente comprovado;
- 4.16. Além das condições especificadas nos itens anteriores, aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - Compete à fornecedora:

- 5.1.1 - Entregar os produtos ofertados nas condições estabelecidas nesta ata e seus anexos e atender todos os pedidos de aquisição durante o período de duração do Registro de Preços, de acordo com a capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e local estabelecidos pelo Ministério Público Estadual;
- 5.1.2 - Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.1.3 - Substituir os produtos recusados pelo órgão, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, independentemente da aplicação das sanções cabíveis, devendo justificar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.1.4 - Atender a demanda do Órgão durante a fase da negociação de revisão de preços, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos ofertados já entregues, no caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.1.5 - Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.1.6 - Providenciar o descarregamento e o transporte dos produtos até o setor responsável pelo recebimento;
- 5.1.7 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços;
- 5.2 - Compete ao Órgão Gerenciador (Ministério Público Estadual):
- 5.2.1 - Optar pela aquisição ou não dos produtos ofertados decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.2.2 - Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.2.3 - Gerenciar o registro de preço e acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados e nas mesmas condições de fornecimento, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser pago pela Administração;
- 5.2.4 - Emitir a autorização de fornecimento;

Procuradoria-Geral de Justiça
Secretaria de Administração
Setor de Contratos

MPMS

Ministério Público
MATO GROSSO DO SUL

Processo nº PGJ/10/2155/2019

5.2.5 - Dar direito de preferência ou igualdade de condições, caso a Administração opte pela aquisição dos bens objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações;

5.2.6 - Aplicar as sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 - Será cancelado o registro da fornecedora, quando presentes razões de interesse público devidamente fundamentadas ou quando a fornecedora:

6.1.1 - Descumprir total ou parcialmente as condições do edital que deu origem à Ata de Registro de Preços;

6.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Ministério Público Estadual, sem justificativa aceitável;

6.1.3 - Não assinar a ata de Registro de Preços ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

6.1.4 - Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

6.2 - No caso de cancelamento do registro, a fornecedora terá assegurado o contraditório e a ampla defesa;

6.3 - A fornecedora poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço quando ocorrer caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, que venha a comprometer a perfeita execução contratual, facultando-se ao Ministério Público Estadual a aplicação das sanções previstas nesta Ata e/ou no edital da licitação;

6.4 - Caso ocorra o cancelamento dos preços registrados, serão convocadas as fornecedoras que constituírem o Cadastro Reserva (Anexo desta ata), na sequência da classificação do certame, que aceitaram fornecer os bens com preços iguais aos da fornecedora vencedora;

6.5 - As empresas que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua documentação analisada, para fins de habilitação, quando houver necessidade de contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento de produtos previstos nesta Ata de Registro de Preços serão efetuados por meio de ordem bancária a favor da(s) fornecedora(s), no prazo de até 15 (quinze) dias após a nota fiscal/fatura ter sido devidamente atestada por servidores da Divisão de Almoxarifado/PGJ;

7.2 - Para a hipótese de pagamento após o prazo supramencionado, de forma injustificada, o valor constante no documento fiscal deverá ser corrigido monetariamente "*pro rata die*" com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que vier a substituí-lo, e acrescido de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, também calculado "*pro rata die*";

7.3 - A fornecedora deverá fazer constar na nota fiscal/fatura correspondente, o nome do banco, respectiva agência e número de sua conta bancária;

7.4 - A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à fornecedora para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o atesto a partir do recebimento da nota fiscal/fatura corrigida;

7.5 - A despesa relativa à execução desta Ata de Registro de Preços correrá por conta do Ministério Público Estadual, Programa de Trabalho 10.07101.03.091.0004.2062.0003, Fonte 010, Natureza de Despesa 44905242.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1 - A inexecução total ou parcial do objeto desta Ata de Registro de Preços poderá acarretar à empresa fornecedora as seguintes sanções:

Página | 5

Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio — CEP 79.031-907 — Campo Grande (MS)
Telefone: (67) 3318-2000 - www.mpms.mp.br

DDS

Processo nº PGJ/10/2155/2019

- 8.1.1 - Advertência;
- 8.1.2 - Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor dos produtos não entregues, que não deverá ultrapassar a 10% (dez por cento);
- 8.1.3 - Multa por inexecução parcial do objeto, no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos produtos não entregues;
- 8.1.4 - Multa por inexecução total do objeto, no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor total empenhado;
- 8.1.5 - Impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- 8.1.6 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;
- 8.2 - As multas previstas nos subitens 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nos subitens 8.1.5 e 8.1.6;
- 8.3 - Incorrerá nas penas e crimes pertinentes todo aquele que, imbuído de má-fé, frustrar ou fraudar o caráter competitivo e legal das licitações.

CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A Gestão e Fiscalização da Ata de Registro de Preços caberão a servidores do Ministério Público Estadual, a serem indicados pelo Diretor da Secretaria de Administração/PGJ.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 - A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, no Decreto nº 7.892/2013 e na Resolução nº 014/2011-PGJ, e alterações;
- 10.2 - Caberá à fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- 10.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- 10.4 - As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente efetuarem a adesão;
- 10.5 - Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pela fornecedora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;
- 10.6 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços;
- 10.6.1 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

Procuradoria-Geral de Justiça
Secretaria de Administração
Setor de Contratos

MPMS

Ministério Público
MATO GROSSO DO SUL

Processo nº PGJ/10/2155/2019

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Esta Ata de Registro de Preços mantém-se vinculada aos termos do procedimento licitatório e à proposta detalhe que a originou;

11.2 - Nenhum pagamento isentará a fornecedora de suas responsabilidades;

11.3 - Qualquer tolerância do Ministério Público Estadual quanto a eventuais infrações contratuais não implicará renúncia a direitos e não poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente;

11.4 - É vedada a transferência, total ou parcial, do objeto desta Ata de Registro de Preços.

11.5 - Os casos omissos serão decididos pelo Ministério Público Estadual, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/1993, e demais normas federais aplicáveis; segundo a Resolução nº 014/2011-PGJ, de 12 de agosto de 2011, a Resolução nº 020/2017-PGJ, de 25 de agosto de 2017; e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1 - A esta Ata de Registro de Preços será dada publicidade, por intermédio de publicação de extrato no Diário Oficial do Ministério Público Estadual, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - As partes elegem o foro da comarca de Campo Grande/MS, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente para dirimir questões oriundas desta Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam esta Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor.

Campo Grande/MS, 8 de agosto de 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

Nilza Gomes da Silva

DIGISERVI TRADING EIRELI

Gilberto Marcondes de Abreu

DIGISERVI TRADING
02.602.747/0001-45

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/PGJ/2019

Processo nº PGJ/10/2155/2019

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2.1 – **DIGISERVI TRADING EIRELI** representada por **Gilberto Marcondes de Abreu**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 04/PGJ/2019.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente (estante e claviculário em aço), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Claviculário confeccionado em chapa de aço nº 20, com tratamento químico protetivo antiferruginoso, pintura eletrostática, cor cinza, com chave de segurança, dimensões aproximadas 250mm x 83mm x 182mm (admitindo-se o percentual de 5% para mais ou para menos), capacidade de 48 chaves, cartelas para enumeração das chaves. Deverá ser fornecido junto com o claviculário 48 (quarenta e oito) chaveiros (tags) cores variadas. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: Menno TS 48 Empresa vencedora: DIGISERVI TRADING EIRELI	Unidade	20	151,10

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 08 de agosto de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 24/2019.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira, bem como disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>.

Procedimento Administrativo nº: 09.2019.00002925-0

Requerente: Ministério Público Estadual, CNPJ: 03.983.541/0001-75, com sede na Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Edifício Procurador de Justiça Fadel Tajher Lunes, Jardim Verancio, CEP 79031-907, Campo Grande – MS.

Requerido: Sérgio Dias Campos, CPF: 175.062.981-04, domiciliado na Avenida Eduardo Elias Zahran, 2.190, Bairro Vilas Boas, Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o proprietário da Fazenda Michelli, objeto parcial do IC nº 06.2017.00000035-5.

Campo Grande, 15 de agosto de 2019.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO
Promotora de Justiça.

Subject: [Illegible]
Date: [Illegible]
To: [Illegible]

